



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ata n.º 11

6.ª Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 14 de dezembro de 2018

Aos catorze dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Portalegre e no auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre com a presença dos seguintes membros: Luís David Trindade de Moreira Testa, Ricardo Jorge Romão, Hugo Chichorro e Silva Capote, Joaquim Francisco da Silva Barbas, Miguel Alexandre Ferreira Monteiro, Maria da Conceição Ceia Miranda, Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas, Adriano Dias Pedro, Celso Silva (em substituição de Amândio José Valente e Valente, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Fernando António Rebola, de José Pinto Leite, Luís Miguel Crespo Carvalho, Maria do Rosário Narciso, João Manuel Ribeiro Realinho, Rosa Maria Vieira Pinheiro, Marco Antunes (em substituição de Cristiana Mafalda Camejo, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Carla Lucinda Raposo Mocito, José Cordas Barradas, Diogo Júlio Cleto Serra, João Pedro Meira, Ana Catarina Vilhais, João Manuel Batista Vivas, Luís Miguel Ricardo, Henrique Manuel Esteves Santinho, Jaime Alexandre da Silva Fitas, Bruno José Marchão Calha, Francisco Manuel Frutuoso Carriço, Francisco José Meira Martins da Silva. -----

O Presidente da mesa, Luís Testa, chamou para o lugar de segundo secretário, a membro Carla Mocito. Deu início aos trabalhos, eram dezoito horas e quarenta minutos. Verificada a existência de quórum, foi dado conhecimento do expediente recebido pelos serviços de apoio administrativo daquela Assembleia Municipal e informou que a generalidade da correspondência estava disponível na plataforma. Disse ser necessário que o Partido Socialista procedesse à substituição da membro Maria Luísa Sousa Panaças, na CPCJ. -----

João Realinho disse que o PS propunha Vera Margarido para assumir funções na CPCJ. -----

O Presidente da mesa lembrou da existência de uma documentação que tinha sido requerida pelo membro Miguel Monteiro, acerca da deslocação municipal ao Brasil, a qual estava para consulta.

Existia a necessidade da inclusão de um ponto extraordinário na ordem do dia, cuja deliberação do executivo tinha sido tomada após a convocatória. Se o mesmo tivesse maioria qualificada poderia ser admitido. Acrescentou tratar-se de uma reversão de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

edificado para a esfera municipal, cujo direito de superfície estava no uso da Fundação Robinson, portanto colocava-se à votação:

Deliberação: A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PCP, admitir o ponto na ordem de trabalhos.-----

Hugo Capote disse que, posteriormente, a CDU faria chegar uma declaração de voto referente àquela votação. -----

Período antes da ordem do dia:

Marco Antunes disse ter feito um pedido na última sessão da Assembleia, para que lhes pudesse ser disponibilizado um estudo relativo à definição dos valores que serviriam de base para a distribuição pelas juntas de freguesia, sobre a contrapartida dos protocolos efetuados. Até à data não tinham obtido resposta sobre a questão. -----

O Presidente da mesa, no seguimento daquele pedido, disse ter solicitado aos serviços administrativos da Assembleia para remeterem o assunto à Presidente da autarquia. -----

A Presidente da Câmara disse estar já na posse da informação solicitada e estava a preparar o envio para a mesa e todos os membros daquela Assembleia.-----

Rosário Narciso, relativamente à moção ali aprovada, em vinte e três de fevereiro passado, a qual reconhecia a importância e mais valia que a construção de um ramal ferroviário de ligação da Linha do Leste, entre a estação ferroviária e o parque industrial do concelho, teria; informou que a proposta do Partido Ecologista “Os Verdes” para a realização de um estudo de viabilidade da construção de um ramal ferroviário, entre a Linha do Leste e a zona industrial de Portalegre, se encontrava aprovada por unanimidade, em sede do orçamento geral de Estado para 2019.

Referiu que o forte apoio da população, expresso através da assinatura de postais, entregues em doze de junho ao secretário de Estado das Infraestruturas, por uma delegação do PEV, composta por dirigentes nacionais e elementos de Portalegre, deu-lhes ainda mais força para continuar a lutar.

Salientou que a medida era fundamental para o desenvolvimento do concelho e do distrito e pretendia aproximar a linha do Leste à cidade, permitindo ainda a ligação direta da cidade, tanto para mercadorias, como para passageiros, a Lisboa e ao Porto, assim como a Badajoz, Elvas e porto de Sines.

Uma vez que até já o Governo estava convencido da importância que a proposta pode vir a ter na instalação de novas empresas e no aumento da competitividade existente e que o ganho em relação ao desenvolvimento económico, à mobilidade da população, ao turismo e ao ambiente seriam grandes, esperavam que não fossem, agora, os autarcas do distrito a colocarem entraves à sua concretização.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

João Meira disse que o grupo municipal do PS gostaria de fazer ali dois pontos de situação, sendo que na última sessão da Assembleia, foi apresentada uma proposta, no sentido de alteração toponímica da rotunda que denominavam “Rotunda do Navio” e a redefinição da mesma para “Praça Mário Soares – fundador da democracia”. Lembrou que a proposta tinha sido aprovada por maioria, com a abstenção do PSD. Perguntou à Presidente da Câmara se já tinha levado a matéria em causa à Comissão de Toponímia.

Também ali tinham aprovado uma outra proposta, apresentada pelo PS, relativa à transferência das verbas da Câmara Municipal para os SMAT, correspondente aos recebimentos em atraso às associações, organizações e IPSS's. Questionou o executivo municipal sobre o ponto da situação. -----

A Presidente da Câmara, relativamente ao primeiro ponto, referiu que já tinha sido agendado para ir a reunião, a realizar no início do ano. Quanto à questão das dívidas em atraso, disse ter solicitado aos SMAT um levantamento das mesmas, para uma análise detalhada. -----

Hugo Capote, perguntou à Presidente da Câmara qual o ponto da situação referente à exploração do Castelo da cidade. Por outro lado, solicitou explicação acerca do episódio da nomeação do vereador José Correia da Luz para o conselho de administração da Fundação Robinson e a eventual, ou não, recusa de tal nomeação. Perguntou ainda se a Presidente nomearia alguém que não tivesse aceite a nomeação para aquele órgão da fundação. -----

A Presidente da Câmara disse que o Castelo de Portalegre também estava inserido no programa REVIVE, o que complicou a questão. Mais referiu que tinha estado numa reunião com o Turismo de Portugal, no sentido de o mesmo ser retirado por não ter as características necessárias para entrar naquele programa. Portanto, teria de ser concessionado.

Quanto à outra questão, esclareceu que fez o convite para que um vereador integrasse esse conselho de administração, foi votado e, posteriormente, o mesmo disse não ter condições para avançar. -----

Hugo Capote perguntou se o convite ao vereador tinha sido aceite. -----

A Presidente da Câmara disse que o vereador em questão poderia responder. -----

José Correia da Luz disse que o convite surgiu pela linha normal, através do Presidente do Conselho de Administração da Robinson. No entanto, não o aceitaria antes de haver uma indigitação, da parte da Presidente da autarquia. Acrescentou que foi uma honra ter sido votado para o efeito. Contudo, entendeu, juntamente com o seu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

grupo partidário, que não existiam condições para aceitar o convite. Desejou que a fundação Robinson e a Câmara Municipal resolvessem os problemas pendentes. -----

Jaime Fitas questionou a Presidente sobre a situação da iluminação da Azinhaga da Quinta do Galo, porque após um ano e sucessivos ofícios ainda não obtiveram qualquer tipo de resposta da parte da autarquia. Acrescentou que já tinha dado conhecimento à Presidente pelo facto de não concordarem com o que estava previsto para o local. Lamentava também que uma simples ligação de um poste, no Bairro dos Apóstolos, para a habitação de uma pessoa com deficiência, ainda não tivesse sido feita. Perguntou se estava prevista alguma manutenção no pavimento da freguesia da Urra, para 2019. -----

A Presidente da Câmara disse que não conseguia ali responder às questões colocadas. Teria de falar com o vereador que tinha aquelas competências. No entanto, informou que estava a ser feito um levantamento juntamente com a EDP. Relativamente às ruas, disse que, no plano para 2019, estavam já definidas algumas intervenções e estavam ainda a reparar a estrada entre a Urra e Assumar. Haverá também uma selagem no Bairro de S. Tiago e a prioridade na parte do cemitério. Portanto, iriam rodando por todas as freguesias. Se, porventura, surgir algum caso de maior necessidade, seria certamente ponderado. -----

Moção – PCP/PEV – (Hugo Capote)

“Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Portalegre vêm por este meio apresentar uma moção de apoio à Escola de Formação da GNR e à sua permanência em Portalegre.

As últimas notícias trazidas a público inserem-se numa campanha orquestrada para desacreditar o trabalho da Escola de Formação da GNR em Portalegre aos olhos da opinião pública, visando a sua deslocalização da cidade de Portalegre.

Cientes de que a as instalações da Escola da GNR não são condignas e estão longe de constituírem uma vantagem no papel educativo e formador da mesma, a Assembleia Municipal de Portalegre, reunida no dia 14 de Dezembro de 2018, vem exigir que o Ministério da Administração Interna e o próprio Governo assumam como prioridade a construção de novas instalações para a Escola de Formação da GNR em Portalegre.

Se ao discurso da necessidade de investimento no interior do país, reduzindo as enormes assimetrias regionais de que o país enferma, o Governo quiser somar a prática, tem aqui uma excelente oportunidade para a sua concretização, dando corpo a um investimento necessário, justo e mais que merecido para o concelho de Portalegre e neste sentido saudamos a assinatura do protocolo com o Ministério da Administração Interna, assinado no dia 14 de Dezembro, em que se assume a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

construção de novas instalações para a Escola de Formação da GNR e ao Comando Territorial da GNR em Portalegre.

Não podemos deixar de assinalar a enorme dignidade e nobreza do acto do portalegrense, comandante da Escola da GNR, Coronel Mário Ribeiro, que perante as notícias vindas a público sobre actos menos próprios praticados na unidade militar que comandava, tomou a única e inquestionável ação para quem considera que a responsabilidade inerente à liderança não se vende nem se diminui, tendo apresentado de imediato o seu pedido de exoneração."-----

João Realinho, relativamente à moção apresentada, disse que o grupo do PS partilhava da mesma e gostariam de ali reforçar os votos de congratulação pela comunicação feita, quanto à futura construção das instalações da GNR e pelo investimento de catorze milhões de euros que, por aquilo que foi dado público, não se resumiria apenas à Escola de Formação, mas também ao Comando Territorial. -----

Hugo Capote quis acrescentar que a CDU nada tinha a opor quanto à manifestação de congratulação pela assinatura do protocolo, posterior à escrita daquela moção, propondo que fosse integrada na moção e votada em conjunto.-----

Ricardo Romão disse que a CLIP era de acordo que o voto de intenção, mesmo tendo sido apresentado anteriormente ao anúncio de manter a Escola da GNR em Portalegre, era louvável e também se associavam ao mesmo. No entanto, a moção apresentada pela CDU dizia que aquelas notícias se inseriam numa campanha orquestrada para desacreditar. Entendia que se deviam separar as coisas, pois todos estariam de acordo que a escola deve ser mantida em Portalegre, mas estar a desacreditar a manutenção da mesma por ter havido algumas ocorrências que não eram sequer do âmbito local, mas sim nacional, era misturar duas coisas que não eram a mesma. -----

O Presidente da mesa aconselhou aos grupos municipais que encontrassem uma redação conjunta, de um ou de dois textos, que pudesse acolher todas as sensibilidades, sendo que os propósitos eram comuns.-----

Período de intervenção do público:

Não houve inscritos.-----

Ordem do dia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

1 – Informação da Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

A Presidente da Câmara, começou por, apesar de não fazer parte do relatório, congratular-se com o protocolo de colaboração, tendo em vista a celebração do contrato interadministrativo, para a construção das novas instalações para o Centro de Formação e Comando Territorial da GNR. Salientou que foi um gosto ter assinado aquele contrato e embora ainda houvesse um caminho grande a percorrer, foi já dado o primeiro passo para se começar a desenvolver um projeto para o futuro centro de formação.

Por outro lado, chamou a atenção para outro assunto importante, o lançamento do programa REVIVE, concurso público para a concessão do Convento de S. Francisco, também presidido pelo Ministro-adjunto e da Economia, com a presença dos Secretários de Estado do Turismo, Cultura e Valorização do Interior, bem como do Presidente da Região de Turismo.

Salientou, inclusive, a assinatura do programa Valorizar, para a construção de um centro museológico de arte cesteira, na Ribeira de Nisa; a assinatura do contrato do fundo ambiental, visando tornar o Mercado Municipal mais amigo do ambiente. Destacou ainda a realização da trigésima segunda Baja 500 Portalegre; a celebração do protocolo da constituição de redes de bibliotecas, entre outros eventos e atividades diversas.-----

João Meira disse que o grupo municipal do Partido Socialista ficou surpreendido com a profunda e inexplicável alteração da estrutura do relatório, porque, de facto, as críticas que se tinham vindo a fazer eram essenciais naquilo que era a omissão sistemática do conteúdo e conclusões das atividades do executivo municipal. Não era do interesse dos membros presentes ficar apenas com uma mera enumeração das mesmas.

Não achava que o relatório fosse uma prestação de contas, porque nada era declarado sobre as conclusões, sobre o impacto que as atividades e as representações do executivo tiveram sobre a comunidade portalegrense. Portanto, não havia uma análise conclusiva que se pudesse obter através do relatório em causa.

Assinalou que, a menos de quarenta e oito horas da realização da sessão, o relatório tinha sido modificado. Perguntou, relativamente à condição financeira da autarquia, como é que a Presidente da Câmara conseguiria executar, em dezanove dias, três milhões e seiscentos mil euros de despesa e três milhões de receita. -----

Luís Carvalho disse haver reflexões a fazer e era importante perceber com maior detalhe a dimensão do que estava em causa, nas diversas áreas.

Destacou a requalificação da Escola Básica Cristóvão Falcão e a adenda ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, de modo a reforçar a prioridade de investimento associada à requalificação do parque escolar, a qual contemplava quatro milhões e trezentos mil euros e servirá para financiar as escolas de segundo e terceiro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

ciclo, nos concelhos de Portalegre, Elvas, Castelo de Vide, Marvão e Monforte. Até à data, apenas Portalegre e Elvas demonstraram pretensão em investir naquelas escolas e, desde logo, havia uma situação crítica - o Estado estar a comprometer o investimento municipal, uma vez que tinha responsabilidades diretas na manutenção do parque escolar nestes níveis de ensino e, agora, no âmbito da execução da prioridade de investimento do pacto impõe que o município tenha que assegurar também uma parte da contrapartida nacional (7,5%).

A pergunta que se colocava era sobre quais as garantias que a Secretária de Estado daria, que no âmbito da reprogramação do Pacto, o montante que seria afeto àquela prioridade daria para cobrir as intervenções na escola de Elvas, as intervenções que possam surgir em Marvão, Castelo de Vide e Monforte e até que ponto estava assegurada a requalificação da Escola Cristóvão Falcão.

A segunda questão tinha a ver com a elaboração da carta educativa intermunicipal e de saber se era a Câmara Municipal de Portalegre que estava a efetuar o processo ou se era no âmbito intermunicipal, numa outra escala com outro tipo de objetivos.

Por outro lado, ao reverem a carta, era preciso perceber o que estava em causa, e até que ponto é que a consolidação de uma política educativa era respondida.

Na área da habitação, questionou até que ponto os arrendatários viam com bons olhos as intervenções já realizadas e se estava garantido um acréscimo, em dois níveis, no grau de satisfação dos mesmos.

Por último, em relação à reunião realizada com a ULSNA, para fazer face à carência de habitações para os médicos, perguntou até que ponto é que a autarquia poderia disponibilizar outras habitações para permitir a instalação dos mesmos na cidade.-----

Hugo Capote disse que a informação referente às atas das reuniões de Câmara não estava atualizada, no portal. Apesar do relatório municipal ter reduzido de volume, retiraram a parte mais técnica, a qual ocupava mais espaço comparando à parte política. Contudo, o relatório continuou a chegar-lhes atrasado, em sinal de desrespeito pela Assembleia Municipal.

Perguntou porque razão aparecia na atividade camarária a realização de um filme no concelho. Tal facto inseria-se como atividade da Câmara Municipal?

Por último, salientou outra questão que provava a má fé da Presidente da Câmara, em relação ao Ex Vereador Luís Pargana e à CDU, quando naquele relatório aparecia com o desdobramento dos turnos de limpeza. Anteriormente, o Vereador Pargana sugeriu o desdobramento e foi-lhe dito que tal não seria concretizável.-----

A Presidente da Câmara, relativamente à Escola Cristóvão Falcão, referiu que tinha contactado a Secretária de Estado da Educação e, na última reunião que teve com a mesma, tentou-se reforçar a verba necessária para efetuar a requalificação na escola, ainda fora da reprogramação “2020”. O que a Secretária de Estado lhe disse foi que Portalegre tinha sido a primeira a apresentar o projeto da escola e havia outras escolas do Alentejo que não o tinham feito e que, eventualmente, poderia haver uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

transferência das verbas que estavam destinadas a outras escolas, reforçando assim quer a Escola Cristóvão Falcão, quer a Escola de Elvas. No entanto, tal só seria possível no final do ano, após perceberem se as outras escolas avançariam.

Em relação à promoção e revisão da carta educativa, disse que estava a ser feita pela Comunidade Intermunicipal e o que se pretendia era que houvesse uma nova política no concelho, com uma estratégia diferente da existente.

Quanto ao grau de satisfação dos arrendatários, disse que tinha sido promovida uma reunião, visto que as pessoas tinham alguma dificuldade em preencher formulários. No final constataram que a maioria das pessoas estava satisfeita. Existiam, naturalmente, alguns pormenores a serem repensados. Estava também a ser feita uma avaliação técnica para aplicar o acréscimo dos dois níveis necessários para que a despesa fosse elegível, dado que os indicadores comunitários eram muito rigorosos. Acrescentou que o caderno de encargos tinha tido o mesmo pressuposto e acreditava que o objetivo seria alcançado, com o acompanhamento da fiscalização respetiva.

Relativamente à ULSNA e à atribuição das casas, disse ser algo que já vinha a ser falado e que se aquele for a caminho para se conseguir fixar médicos, obviamente que o Município seria o parceiro para tentarem encontrar soluções e colocar as casas à disposição. Atualmente tinham um T2 e um T1, no centro histórico e já tinha ido a reunião de Câmara a atribuição do T2.

Quanto ao documentário que iria passar na RTP, informou que tinha a ver com a vida de Eça de Queirós, enquanto embaixador, e que não era, evidentemente, uma atividade da Câmara, mas tinham todo o gosto em colaborar com a promoção da mesma, pois era uma forma de divulgar o território. Obviamente que tinha orgulho em terem escolhido Portalegre para a realização das filmagens.

Em relação ao desdobramento dos funcionários da limpeza urbana, referiu tratar-se simplesmente de uma questão de gestão e organização. Não tinha qualquer custo. Muitas vezes referiu ao anterior Vereador do Ambiente ser necessário olhar para a gestão do funcionamento daquela componente. -----

Hugo Capote disse ter sido contactado por dois médicos da ULSNA, os quais lhe disseram que recorreram, já por duas vezes, a um Vereador do executivo que teria ficado de receber e reencaminhar o pedido acerca dos imóveis camarários. No entanto, até à data não obtiveram resposta. Portanto, não percebia a resposta dada anteriormente pela Presidente da autarquia. -----

A Presidente da Câmara disse que quem falava com os médicos interessados era o Conselho de Administração da ULSNA. Não tinha conhecimento de nenhum médico ter solicitado para falar pessoalmente com a própria. -----

O Vereador Nuno Lacão disse que foi o próprio a atender a chamada telefónica da médica e que como o assunto não era da sua competência, reencaminhou para o secretariado do Vereador Armando Varela. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Presidente da Câmara disse que o importante da questão era o facto de haver ainda um T1 e um T2 que estava praticamente mobilado e pronto a habitar. Deve sempre encontrar-se a melhor solução entre as partes. -----

2 – Ata n.º 10, relativa à reunião da Assembleia Municipal realizada em 28 de setembro de 2018;

Não houve intervenções. -----

3 – Desafetação de parcela de terreno/Junta de Freguesia da Urra;

- Deliberação da CMP de 31.10.2018 -

Não houve intervenções. -----

4 – Alteração aos Estatutos da Fundação Robinson;

- Deliberação da CMP de 31.10.2018 –

A Presidente disse tratar-se da adaptação dos estatutos à lei quadro das Fundações e, na reunião de Câmara, tinha sido aceite por unanimidade. -----

Hugo Capote disse que na reunião de conferência de representantes tiveram oportunidade de falar sobre a fundação Robinson. Perguntou à mesa se podiam discutir aquele ponto juntamente com o seguinte. -----

O Presidente da mesa não viu qualquer inconveniente em juntar os pontos. -----

5 – Ofício referência nº. 536B18 datado de 22 de Outubro da Fundação Robinson, relativo à proposta para realização de uma auditoria administrativa, financeira e patrimonial à Fundação Robinson desde a sua constituição, a solicitar à IGF;

Hugo Capote disse que a CDU não se opunha à alteração dos estatutos legais e que até já deveria ter ocorrido. Por outro lado, chamou a atenção para o facto de que, em sede da administração da fundação, tinha sido votada uma proposta para que fosse averiguado o estado patrimonial e financeiro da mesma e para que, de uma vez por todas, se retirassem as “nuvens negras” que ensombravam uma série de histórias sobre aquela fundação. Naquele sentido, foi apresentada a proposta para realização de uma auditoria financeira, administrativa e patrimonial da Fundação Robinson, a qual foi votada e aprovada por maioria e não por unanimidade, pelo Conselho de Administração e para que fosse depois enviada à Câmara Municipal e à Assembleia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Municipal. Naquele sentido, a CDU solicitou ao presidente da Assembleia que recolhasse o assunto, para conhecimento de todos e para que, enquanto órgão fiscalizador da atividade camarária, se soubesse o que se tem vindo a passar na Fundação Robinson. No final de 2018, pretende-se saber qual o verdadeiro estado das coisas naquela fundação. A CDU também teve representantes no conselho de administração da Robinson e o que os movia era o virar de página na fundação e permitir um recomeço, de modo a fazer aquilo para que tinha sido criada. Preservar o núcleo museológico e dar a disfrutar aquela área aos portalegrenses. A CDU iria apresentar à mesa uma proposta para votação, para que todos os grupos políticos se pronunciassem sobre a questão.-----

Proposta – PCP/PEV (Hugo Capote)

“Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Portalegre vêm propor que a AM de Portalegre, reunida a 14/12/18, delibere que a Câmara Municipal de Portalegre realize uma auditoria financeira, patrimonial e administrativa à Fundação Robinson, desde a sua fundação até aos dias de hoje, no sentido de esclarecer de uma vez por todas, qual a situação financeira e patrimonial da FR.

Para tal efeito, propomos que seja o IGF a realizar a mesma e que as custas sejam suportadas pela Câmara Municipal de Portalegre.

Quem não deve, não teme e os portalegrenses têm o direito de saber quem deve e quem teme que se saiba a verdade.”-----

João Realinho disse que a questão da situação da Fundação Robinson era já uma exigência antiga, ali na Assembleia, e que o melhor instrumento para acabar com as suspeições e rumores era a realização da auditoria.

O PS também concordava que fosse a Câmara a assumir a necessidade de efetuar a auditoria e não a Assembleia Municipal. -----

O Presidente da mesa esclareceu que os recursos financeiros atrás referidos não eram da Câmara Municipal mas sim do município, embora fosse o órgão Câmara que os executava. No entanto, uma deliberação daquela Assembleia tinha o mesmo grau de perentoriedade do que a deliberação de Câmara, e qualquer uma teria de ser respeitada pelo município. Entendia que as deliberações do órgão deliberativo deveriam ter mais força e serem mais vinculativas do que as do órgão executivo.-----

A Presidente da Câmara disse não ter nada a opor e lembrou que, se não o feito até aos dias de hoje, foi porque tinha a ver, pura e simplesmente, com a situação financeira da Câmara Municipal, porque uma auditoria tinha os seus custos. Percebia também que se tinha de fazer, já que existiam dúvidas e, portanto, não tinha nada a opor.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Joaquim Barbas, quanto à alteração dos estatutos, disse que o entendimento do PSD era apoiar a mesma, mas ao mesmo tempo lamentavam que só agora fosse possível, visto que a lei quadro que obrigava aquela alteração era de 2012.

Em relação à auditoria financeira, o seu grupo concordava com tudo o que tinha sido dito e não tinham nada a opor, apenas que fosse feita desde o início da fundação até ao fim do ano de 2018. -----

O Presidente da mesa entendia que estavam em condições de aprovar a proposta do PCP/PEV e, assim, entraria no guião de votações, sendo votada juntamente com a restante ordem do dia. -----

6 – Informação nº. 19053, do serviço de finanças, de 19/11/2018, para aprovação da repartição de encargos em mais de um ano económico;

- Deliberação da CMP de 3.12.2018 –

Não houve intervenções. -----

7 – Documentos Previsionais (Orçamento e PPI) para 2019, dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes;

- Deliberação da CMP de 28.11.2018 –

O Presidente da mesa disse que poderiam discutir aquele ponto em conjunto com o seguinte. -----

8 – Mapa de Pessoal para 2019, dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes;

- Deliberação da CMP de 28.11.2018 –

João Meira disse que havia ali um conjunto de questões mais técnicas que tinham de ser clarificadas. Em primeiro lugar, o esforço financeiro que lhes era ali apresentado, ascendia a seiscentos e quarenta e sete mil e cem euros. O grupo municipal do PS não era detentor da informação contabilística, para dizerem se tal esforço seria, ou não, sustentável, dado que, em comparação ao ano transato, o que aconteceu foi que, no mês de novembro, tinham já recebido informação, a qual permitiu tirar conclusões da capacidade do esforço financeiro. Ainda assim, ao basearem-se no resultado líquido de dois mil e dezassete (setecentos e trinta e oito mil, trezentos e trinta e oito euros) e acreditando que em dois mil e dezoito, a situação não se tinha alterado, salientou que havia sustentabilidade para tal investimento.

Solicitavam, pois, a verdadeira informação sobre o assunto, para poderem deliberar sobre o mesmo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Havia ali ainda duas rubricas que eram, substancialmente, importantes: a instalação da conduta de distribuição de água e o coletor de drenagem de águas residuais na zona industrial, para fornecimento à unidade fabril da Jerónimo Martins. Recordou que tais investimentos já tinham sido apresentados no plano plurianual para dois mil e dezoito. Poderia haver ali alguma incapacidade de concretização dos compromissos assumidos pelo Conselho de Administração.

Por último, a questão mais grave era que, no plano plurianual de dois mil e dezoito, eram assumidos um conjunto de compromissos que iriam acontecer e aquilo a que se assistia atualmente era que, no plano plurianual para dois mil e dezanove, os compromissos eram lançados para dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois. Tinha de haver mais seriedade na planificação daquelas situações, assim como a justificação das não realizações dos investimentos.

Referiu também que na memória descritiva do documento era referido pelo Conselho de Administração dos SMAT que não estava prevista a realização de investimentos significativos no setor dos transportes; a pergunta era qual a razão de aparecer um valor de cinquenta e um mil euros na rubrica “Aquisição de autocarros”.

Por último, na parte da transparência, entre o investimento que era concretizado e o que era proposto, a informação foi que seria necessário realizar um investimento de cerca de cento e cinquenta mil euros, relativamente à conduta de distribuição de água entre o Porto da Boga e Alegrete, rubrica aquela que não estava prevista em nenhum plano de investimento, dos anos anteriores, enquanto que as rubricas na Urra, dos Fortios e da Alagoa estavam. Qual a razão daquela rubrica ser agora priorizada, face àquilo que anteriormente foi planificado como essencial. -----

A Presidente da Câmara solicitou que o Vereador Nuno Lacão pudesse responder à questão. -----

O Vereador Nuno Lacão disse que o grande enfoque da questão, relativamente ao valor em causa, foi o procedimento lançado para a zona industrial, no qual houve concorrentes, mas não respeitaram o preço, ou melhor, teve de haver uma reformulação ao processo, em termos de valorização, de análise e lançado novamente. Portanto, tal facto teve um encandeamento nos procedimentos e a obra já não pode ser executada no ano corrente, passando para dois mil e dezanove.

Quanto à questão do Porto da Boga/Alegrete prendia-se com os problemas do fornecimento de água, no Verão. Ouve, pois, uma diminuição do caudal da reposição de água nos depósitos para distribuição, situação que provocou constrangimentos e que levou a optar por um novo projeto, para salvaguarda do abastecimento à freguesia, com água proveniente da Apartadura/Olhos de Água. Acrescentou que, estrategicamente, tal facto permitiria o fornecimento de água, quando houvesse uma diminuição do recurso aos furos. Por outro lado, também iria permitir a redução de um grande troço de condutas.

Quanto aos outros pontos, estavam cientes da hierarquização de alguns problemas: no Monte dos Apóstolos, embora estivesse a ser acompanhado, salientou que até



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

junho de dois mil e dezassete tinham ocorrido quatro ruturas. Foi feita uma monitorização daquela rede e o processo era acompanhado regularmente.

Na questão dos transportes, disse que era pretensão dos SMAT a renovação da frota de transporte de passageiros, a meio do próximo semestre. Estavam, inclusive, a analisar a situação do centro histórico da cidade, bem como a reativação da “linha azul”, sendo esperado que no início do ano tenham mais dados concretos sobre aquele projeto, o qual servia a população.-----

9 – Proposta de Adenda ao Acordo de Transação - Águas de Lisboa e Vale do Tejo:

- Deliberação da CMP de 3.12.2018 –

No uso da palavra, Pinto Leite disse que o assunto das dívidas da Câmara de Portalegre às Águas de Lisboa e Vale do Tejo (anteriormente Águas do Norte Alentejano), era, desde há muito, preocupante e sempre tinha debilitado a posição negocial da autarquia. A questão era que o município era o garante da estabilidade daquela empresa, pois era o maior consumidor, o que dava o chamado efeito de escala ao grupo e protegia o resto do distrito. Portanto, a Câmara Municipal de Portalegre teria ser tratada de maneira especial porque devia impor aquela sua posição.

Infelizmente, ao longo dos anos, as dívidas de muitos milhões de euros, tinha fragilizado a posição da Câmara Municipal.

Era com agrado que viam o esforço para pagar a dívida num espaço mais curto e, em termos de negociação, usufruir de condições mais favoráveis. A redução daquele prazo deveria ser agora acompanhada por uma negociação eficaz, para que sejam perdoados alguns juros e que até a própria taxa de juro baixasse.-----

Hugo Capote questionou o Vereador Armando Varela a propósito da votação que teve naquele ponto, tendo em linha de conta a abstenção do mesmo, no orçamento do ano passado.-----

A Presidente da Câmara, quanto à questão da dívida da Câmara, disse que quem tinha dívidas estava, obviamente, sempre numa situação de fragilidade e submissão.

Concordava com o que foi dito pelo membro Pinto Leite e acrescentou que a empresa das águas de Lisboa e Vale do Tejo já não precisavam de Portalegre para terem sustentabilidade, porque a área de influência atual era diferente da anterior.

Portalegre era uma gota de água, comparativamente a Lisboa e Vale do Tejo.-----

O Vereador Armando Varela, relativamente ao orçamento para 2018, referiu que o órgão teve conhecimento do voto que apresentou, em sede de orçamento e GOPS para dois mil e dezoito. A sua abstenção tinha sido coerente com os fundamentos técnicos apresentados na declaração de voto, porque a reestruturação do empréstimo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

que tinha sido aprovada, pela Câmara e Assembleia, em junho de dois mil e dezassete, encontrava-se em tramitação junto do Tribunal de Contas.

No seu entendimento, a Câmara Municipal não tinha legitimidade para considerar, naquele empréstimo, a reestruturação no orçamento para dois mil e dezoito. Portanto, foi o seu entendimento da situação e o que ficou vertido em reunião de Câmara.

Quanto à reestruturação da dívida das águas, negociada desde dois mil e dezasseis até junho de dois mil e vinte um, disse que agora seria reajustada até dezembro de dois mil e vinte e um. Na análise do orçamento da Câmara para dois mil e dezanove eram claras algumas fragilidades e, naturalmente, concordava com o ajuste, relativamente ao tempo de pagamento da dívida em causa.-----

Pinto Leite salientou que não se devia menosprezar a posição de Portalegre na Águas de Lisboa e Vale do Tejo, porque aquelas grandes empresas de fusões continuavam a funcionar com centros de custos e o centro de custos era na mesma o Norte Alentejano. E, portanto, a Câmara de Portalegre tinha de se portar como líder da sub região do Norte alentejano, da antiga Águas do Norte Alentejano, mantendo o poder negocial no futuro. -----

Hugo Capote perguntou ao Vereador Armando Varela se a sua posição de princípio não era contra reestruturações de dívida, mas sim contra a reestruturação da dívida da Câmara, ao abrigo do plano de saneamento financeiro, mas sem o visto prévio do tribunal de Contas. Acrescentou que, pela leitura que fez da anterior declaração de voto do Vereador, percebeu que o mesmo era contra a reestruturação porque significaria “empurrar com a barriga” a dívida para a frente, não pagando o que se devia atualmente. No entanto, depreendia agora da explicação do Vereador, que o seu voto atual, de abstenção, não seria por estar contra a reestruturação da dívida, mas sim porque na altura da votação do orçamento ainda não se tinha recebido o visto prévio do TC, o qual permitiria a reestruturação da dívida, ao abrigo do plano de saneamento financeiro. -----

O Vereador Armando Varela lembrou que a Câmara e a Assembleia Municipal, no mandato de dois mil e treze a dois mil e dezassete, deliberou aquela reestruturação até dois mil e vinte e nove. Independentemente de concordar, ou não, disse que a questão que colocou, na altura, teve a ver unicamente com o visto do TC, o qual não se encontrava atribuído, à data de trinta e um de janeiro de dezoito.-----

O Presidente da mesa disse que iriam suspender os trabalhos até às vinte e uma e trinta. -----

10 – Orçamento e Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Portalegre para 2019;

- Deliberação da CMP de 3.12.2018 –



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O Presidente da mesa reiniciou os trabalhos e propôs que o ponto dez fosse discutido conjuntamente com o ponto onze. -----

11 - Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Portalegre para 2019/2022;

- Deliberação da CMP de 3.12.2018 –

A Presidente de Câmara chamou a atenção para a importância daqueles documentos e, embora tivessem um modelo diferente do habitual, iriam facilitar a leitura e de modo a poderem acompanhar as evoluções das grandes opções do plano, do orçamento e do mapa de pessoal. Entretanto, passou à apresentação (PowerPoint) dos objetivos estratégicos do orçamento, nos vários eixos fundamentais, que se dividiam em diversas medidas estruturantes.

Relativamente à parte orçamental, disse que a estrutura da receita seguia as regras previsionais definidas no Pocal, a nível de impostos, taxas e transferências aprovadas e homologadas. A receita total do orçamento de dois mil e dezanove será de dezoito milhões, novecentos e noventa e três mil, trezentos e quarenta e três, oitenta e quatro. A título das receitas correntes, teriam dezasseis milhões, duzentos e noventa e oito, setecentos e trinta e um, noventa e três; a de capital importava em dois milhões, seiscentos e noventa e um, trezentos e setenta e oito, vinte e quatro e de reposições não abatidas nos pagamentos teriam três milhões, duzentos e trinta e três, sessenta e sete. Referiu que, quanto à receita da Câmara, eram dezoito milhões, novecentos e noventa e três, trinta e quatro.

Era necessário ter em conta que, somando os montantes dos Serviços Municipalizados, a receita total seria de vinte e quatro milhões e quinhentos mil.

Destacou que, na receita, cerca de quarenta e cinco, noventa e cinco por cento correspondia às transferências correntes, provenientes da Administração Central (FEF e IRS).

A nível dos impostos indiretos destacou o IMI, com três milhões, duzentos e quarenta e cinco, quatrocentos e sessenta e quatro; o IMT com quinhentos e noventa e seis mil, duzentos e quarenta e dois e o IUC com quinhentos e treze, setecentos e setenta e oito. A autarquia dependia muito das receitas provenientes das transferências correntes, da Administração Central. Ainda não tinham autonomia suficiente e aquelas transferências correntes eram, na maioria, absorvidas pelos recursos humanos.

Acrescentou que o orçamento previsional da despesa para dois mil e dezanove era de dezoito milhões, novecentos e noventa e três e apresentava um acréscimo, em relação ao orçamento inicial de dois mil e dezoito, o qual tinha sido de dezoito milhões, quatrocentos e cinco, duzentos e vinte e sete e, evidentemente, acompanhava o aumento da receita estimada. Quando se começava um orçamento, começavam por identificar os compromissos a assumir com as despesas obrigatórias e permanentes e os compromissos já assumidos, em dois mil e dezoito, estavam previstos de transitar para o ano seguinte.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No entanto, a receita corrente era suficiente para a despesa corrente e ainda sobrava um pouco. A nível dos bens e serviços tinham uma grande fatia, principalmente na aquisição de serviços e quanto à evolução do pessoal referiu que, desde dois mil e dez até dois mil e dezassete, tinham saído cento e vinte e sete pessoas efetivas da Câmara mas, em dois mil e dezoito houve um acréscimo de vinte e seis trabalhadores, por via do PREPAV e de alguns concursos efetuados e de outros a realizar ainda. Por fim, disse que a dívida total das operações orçamentais, excluindo o FAM, acrescida da contribuição das entidades participadas, era de vinte e quatro milhões, quinhentos e trinta e quatro, quinhentos e vinte e um, setenta e quatro cêntimos. -----

O Presidente da mesa disse que se os grupos municipais pretendessem colocar as questões, de acordo com o quadro previsto, não haveria tempo para obterem respostas, uma vez que a Presidente da Câmara tinha esgotado o seu tempo. Qual a metodologia que queriam adotar, naquela circunstância inédita? -----

Diogo Júlio disse a situação era relevante mas quem colocava perguntas gostaria de obter respostas, no entanto, os grupos parlamentares que suportavam o executivo deveriam garantir o tempo necessário para que a Presidente pudesse responder. -----

Miguel Monteiro concordava com o que disse o membro da CDU. -----

Joaquim Barbas disse que também iriam ser poupados no tempo, por forma a compensar o tempo da Presidente poder responder. -----

Ricardo Romão disse que, da parte do grupo municipal da CLIP, cederiam tempo à senhora Presidente da Câmara Municipal. -----

Miguel Monteiro pensava que a Presidente da Câmara os fosse ali informar duma obrigação legal que a mesma tinha, da qual tiveram conhecimento em outubro de dois mil e dezoito, e que se tratava de uma comunicação da DGAL, que deveria ter ido logo na primeira reunião, depois daquela comunicação ter sido feita, a qual dizia o seguinte: “Em cumprimento do supra exposto, serve o presente para informar V.^a Ex.^a que, de acordo com os dados disponíveis na aplicação informática da DGAL, a dívida total prevista no artigo quinquagésimo segundo, desse município, ultrapassou em vinte e um de dezembro de dois mil e dezassete, a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.”; portanto, era um alerta lançado pela DGAL e a Presidente da autarquia esqueceu-se daquele pormenor.

Salientou que aquele orçamento e GOP's eram da Presidente mas não do seu grupo político, porque a Presidente tinha convocado uma reunião no dia onze de outubro com os partidos com assento na Assembleia Municipal, mas o PS nem foi tido nem achado naquele orçamento. Portanto, politicamente, o orçamento era assumido pela Presidente da Câmara Municipal de Portalegre, devendo esperar as consequências que, do mesmo, iriam advir.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Por outro lado, admitiu que as medidas apresentadas, caso fossem concretizadas, poderiam deixar Portalegre um pouco melhor do que actualmente, mas duvidava que tal fosse possível.

As grandes opções do plano que foram ali apresentadas deixavam muito a desejar e o concelho merecia muito mais. Havia um grave problema de forma, na apresentação daquele powerpoint, porque quem fez a parte das GOP não tinha certamente feito as contas do orçamento. Saliu que algumas das medidas mais específicas que estavam nas GOP nem sequer tinham rubrica aberta.

Do ponto de vista político, disse que nada ali batia certo e não se coadunava com a realidade do concelho e, infelizmente, iam vendo tal estratégia repetida ano após ano. Os problemas estruturais da cidade continuavam sem resolução. As intenções eram as mesmas, ano após anos mas, no final de cada ano, esbarrava-se com a não resolução dos problemas básicos dos portalegrenses.

Gostaria de ouvir a Presidente da cidade onde vivia dizer algo mais acerca da saúde e da educação e de como iria resolver o dossiê da descentralização, relativamente àqueles dois assuntos. Não via nem ouvia nada de relevante da parte da Presidente. Portanto, aquelas GOP e aquele orçamento eram, mais uma vez, uma mera manifestação de intenções e um manifesto eleitoral fora do prazo. -----

Hugo Capote perguntou aos membros da CLIP quando é que tinham recebido o documento referente ao orçamento, às grandes opções do plano e ao mapa de pessoal. Também gostaria que a Presidente da Câmara lhes dissesse porque é que apresentou um orçamento e umas GOP àquela Assembleia e, no fundo, à cidade. -----

Fernando Rebola, quanto à apresentação das GOP e orçamento, disse que comparativamente ao documento do ano anterior estava mais claro e melhor organizado. Constituía uma orientação ampla e pragmática para a governação do município, de acordo com aquilo que era a estratégia e intervenção política do executivo, para os anos subsequentes. Contudo, o seu grupo tinha expectativa de que fosse revelada maior ambição, no que dizia respeito à sua tradução e numa visão estrategicamente mais clara, para o que se pretendia do futuro do concelho.

Valorizavam alguns aspetos por comparação ao que tinham sido as previsões de dois mil e dezoito, como por exemplo o crescimento nas dotações respeitantes à área da educação, na habitação e serviços coletivos, assim como na indústria e energia, no comércio e turismo e ainda no que dizia respeito à evolução positiva no endividamento municipal. Obviamente que ainda existiam fortes constrangimentos de ordem financeira, os quais limitavam o trabalho e as opções do executivo, embora tivessem anunciado uma clara melhoria nas condições financeiras que iriam aliviar o serviço da dívida e disponibilizar um financiamento para outras medidas fundamentais para o desenvolvimento. Tratava-se, pois, de um orçamento de continuidade, verificando-se que algumas medidas já anunciadas em dois mil e dezoito, não executadas, transitavam para aquele orçamento e para aquilo que eram os documentos previsionais de dois mil e dezanove.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Perguntou à Presidente da Câmara, em relação às dotações mencionadas anteriormente e ao financiamento previsto para as mesmas, como é que a autarquia tinha condições de garantir aquilo que era a contrapartida que, obrigatoriamente, tinha de ser assegurada e como é que repensariam o orçamento global.

Por outro lado, gostariam de ver ali medidas mais concretas para fixar os jovens no concelho, contribuindo para a evolução demográfica.

Por fim, encontrou alguma discrepância entre os objetivos e os recursos alocados, como por exemplo na dinamização das estruturas de apoio ao empreendedorismo, com apenas seis mil euros para dotação, o que ficava muito aquém do esperado. -----

A Presidente da Câmara, relativamente às questões colocadas, lembrou que a autarquia tinha saído do excesso de endividamento em fevereiro de dois mil e dezoito. O atual limite de endividamento poderia ir até aos vinte e nove milhões. Saliu que, felizmente, a autarquia já estava com vinte e dois milhões e oitocentos mil.

Obviamente que gostaria de ter feito muito mais, se pudesse e se tivesse condições financeiras para tal. No entanto, havia muitas obras a decorrer e, por vezes, ninguém se lembrava das mesmas, como era o caso da etar do Reguengo, a estação elevatória das Carreiras, a Escola de Artes, o Museu das Tapeçarias, a remodelação da Avenida do Bonfim, a Escola de Alegrete, a estrada da Urra/Assumar, as candidaturas em curso, a Quinta da Saúde, a reabilitação das casas de habitação social, a questão do fundo ambiental no âmbito da descarbonização para o mercado, a situação da Câmara velha, etc. Havia, de facto, obras transversais, com os seus timings, eram projetos complexos, com especialidades que obrigavam a pareceres e que atravessavam vários anos.

Relativamente à questão das condições para garantir a evolução demográfica e fixar os jovens, salientou que só havia uma forma de o fazer: com a criação de emprego. Atualmente era visível, ao atravessar a Zona Industrial, o antes e o depois. Concordava não ser ainda o suficiente e era importante continuar a trabalhar, mas havia políticas que não dependiam só do município, mas também do Governo.

Concordava, inclusivé, que seis mil euros eram insuficientes para o apoio ao empreendedorismo, no entanto, já tinham conseguido fazer muito, com muito menos.

Acrescentou que a dívida era a que estava, para conhecimento de todos, apesar de não ser aquele o seu objetivo. Os planos estavam a ser pagos e deixava de ser dívida enquanto estivessem dentro do cumprimento estipulado.

Destacou o facto da piscina dos Assentos ter a candidatura submetida e importava em um milhão e quinhentos mil euros. No entanto, os fundos comunitários atrasaram o sistema e a autarquia não pôde adiantar mais, por razões óbvias.

Em conclusão, o que estava em cima da mesa era tentar melhorar os vários aspetos e contratemplos. Ainda relativamente à educação, relevou que o preocupante era que a questão tinha de ser debatida, quer a nível do executivo, quer da Assembleia, de forma alargada, uma vez que, em termos de recursos humanos, estavam deficitários para poderem receber a descentralização, sem poderem perceber o que dali advinha.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ricardo Romão disse que o grupo municipal da CLIP tinha recebido a documentação na mesma altura que os restantes grupos, através do mail e da plataforma da Assembleia Municipal. O documento em causa não era novidade, porque refletia aquilo que eram as opções políticas da CLIP. Tais opções tinham sido sufragadas e eram as que defendiam para Portalegre. Obviamente que esperavam os contributos de todos que quisessem, construtivamente, dar ideias para fazer o caminho futuro. Disse também que, há um ano, estava pendente a resposta do Tribunal de Contas, em relação à reestruturação da dívida e, na altura, tinha sido aquele o motivo que levou alguns dos membros a manifestarem a apreensão, em relação ao orçamento anterior. A evolução feita, no controlo da dívida, estava ali espelhada e, de alguma forma, conseguiram melhorar o desempenho financeiro da Câmara. -----

Hugo Capote disse que, pela intervenção anterior, ficaram a saber que o orçamento participativo não era uma opção política da CLIP, apesar de estar inscrito no programa. Mais uma vez era adiado para o próximo ano, sem ser relevante ou importante. Realçou que a Presidente não respondeu à questão sobre o porquê de estar a apresentar aquele orçamento.

Aquele orçamento não era mais do que um exercício de balonismo, ou melhor, ia ao sabor do vento, sem ter opção de conduzir o balão.

Chamou a atenção à Presidente da Câmara pelo facto do documento em debate ter cinquenta e uma rubricas abertas com um euro. Perguntou como é que se explicava que aquilo representasse as opções políticas da CLIP. Aquilo não era mais do que um exercício demagógico de contabilidade financeira.

Perguntou ainda se todas as candidaturas fossem abertas, a CLIP conseguiria a participação nacional delas todas. Estavam apenas a adiar para a frente, sem qualquer opção, sem nada delineado. A autarquia não podia continuar a endividar-se com obra que não interessava a ninguém. Contudo, a Presidente da Câmara continuava naquele registo que já tinha levado anteriormente à insolvência.

Realçou que, no orçamento de dois mil e dezoito, o qual teve em vigor nove meses, foram feitas dez alterações orçamentais. Onde é que estava ali a planificação, o saber gerir. Por último, referiu que receberem aqueles documentos apenas dez dias antes da sessão não era o tempo necessário para poderem ali efetuar uma avaliação coerente e técnica dos mesmos. A CDU iria tratar a questão como o exercício demagógico que era.-----

João Meira perguntou à Presidente da Câmara qual era a ciência económica que tinha descoberto para fazer obra e cortar a despesa de capital em onze por cento. Aquele orçamento continuava sem dar resposta às reais necessidades das freguesias do concelho. Também continuava a haver desigualdade entre as mesmas, senão porque razão estava orçamentada a requalificação da piscina de Reguengo, da Ribeira de Nisa e de Alegrete, o Centro de Cultura de Alegrete, o roteiro das cascatas de São Julião e não havia nada orçamentado para o Centro Cultural Desportivo e Etnográfico dos Fortios, cemitério e distribuição de água do Bairro dos Apóstolos, Largo do Rossio



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

na Alagoa, Centro de Saúde dos Assentos, Centro de Apoio a Idosos do Atalaião, complexo da Quinta da Saúde, etc. A verdade era que as freguesias ficaram, uma vez mais, sem a resposta adequada às necessidades.

Aquele orçamento e GOP não cumpriam, nem Portalegre, nem os portalegrenses. Era um mero funcionamento quotidiano, dentro do município. Mera gestão corrente.

A visão de futuro, de estratégia não existia, porque tal política nunca residiu na atual Presidente e no executivo que a acompanhava.

Salientou que a principal prioridade que os portalegrenses ambicionavam chamava-se criação de emprego. Portanto, aquele orçamento ofendia a sua geração e muitos, como ele, teriam de continuar fora da sua cidade.

Relativamente ao FEF, recordou que se não fosse a governação liderada pelo PS, a autarquia teria menos cento e seis mil euros que o ano passado.

Em três áreas importantes como a juventude, o associativismo e o Politécnico referiu que, após leitura dos documentos, estavam orçamentados somente quarenta mil euros para a juventude; oito mil e quinhentos euros para transportes das associações culturais e, em relação aos Imprevistos Culturais, destacou que, dos trezentos e noventa e cinco mil euros, apenas uma ínfima parte chegava às associações, pelas suas atuações. Algumas delas atravessavam graves dificuldades. O Instituto Politécnico, que a Presidente considerou a “Joia da Coroa”, não havia nem um cêntimo ou uma palavra sequer sobre os acessos ao Campus na Zona industrial, nem um cêntimo para a estratégia progressista que tentavam alcançar ou mesmo para a urgente construção de residências para os estudantes.

Por último, disse que os portalegrenses eram as testemunhas diárias do fraco desenvolvimento cultural, social e económico da cidade.-----

A Presidente da Câmara, perguntou ao membro Hugo Capote qual era a obra que não devia ter sido feita, das que foram ali anteriormente mencionadas.

Relativamente à verba inscrita nas freguesias, admitia que não respondia às necessidades das mesmas, assim como também a verba disponibilizada, em termos de receita, não correspondia às necessidades do concelho.

Seria bom que tivesse ao dispor uma verba muito superior àqueles dezoito milhões.

Quanto às verbas inscritas nas outras freguesias, disse que estavam inscritas nas que já tinham candidaturas homologadas. Por exemplo, a Igreja de Alegrete tinha um euro inscrito porque a candidatura ainda nem estava feita.

Em relação ao IRS de Portalegre, afirmou que era superior ao dos outros concelhos do distrito.

Sobre a verba de cerca de quarenta mil euros para a juventude, salientou que tinham de contar também com a educação, as refeições escolares, os transportes, etc. Não se podia ter uma visão redutora dos factos. A residência também estava incluída no documento e estava a trabalhar para serem construídas duas residências de estudantes para perto de quatrocentos estudantes do Politécnico.

Destacou, obviamente, a assinatura do protocolo para a construção da Escola da GNR, o qual já era esperado há muito.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Hugo Capote disse diretamente à Presidente da Câmara municipal que tinham tentado, durante um ano, ensiná-la a gerir uma Câmara, mas que não estava no feitio da própria a tomada de decisões. Disse que embora a Presidente fosse uma ganhadora de eleições, era uma péssima gestora.

Nas próximas eleições, a Presidente da autarquia tinha a solução para o problema: votava na CDU e eles mostrariam como é que se fazia. -----

Jaime Fitas lembrou que as grandes opções do plano não eram só para um ano. Curiosamente, a estação elevatória do Bairro dos Apóstolos tinha sido confirmada ali, na Assembleia Municipal, que estaria prevista para o próximo ano. A requalificação das condutas daquele mesmo bairro também.

Realçou que, infelizmente, Portalegre era a única capital de distrito que, em termos de freguesias, não tinha nenhuma equipa de futebol sénior, a disputar os distritais.-----

A Presidente da Câmara disse que aquelas obras estavam contempladas no orçamento dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes.-----

Miguel Monteiro referiu que a Presidente não lhe deu qualquer resposta sobre tudo o que ainda estava por fazer em Portalegre. Enquanto portalegrense e membro da Assembleia, o facto de estarem algumas candidatas, não o satisfazia, pois, podiam demorar anos e anos a resolver.

Recordou a importância vital da criação de emprego efetivo, estratégias para tal. Como é que a Presidente da autarquia pretendia ter mais receita se não estava a trabalhar para a criar.

Em conclusão, disse lembrar-se bem ainda do seu antecessor político que tinha trazido a atual Presidente ao cargo que ocupava e que, muitas vezes, o mesmo se virava para os grupos políticos e dizia: “Ó doutor, cada um é para o que nasce!”. Portanto, a Presidente atual até podia ter jeito para ganhar eleições, mas não para ser Presidente da Câmara Municipal de Portalegre. -----

Luís Carvalho disse que havia um trabalho a fazer, da parte da CLIP. No entanto, existia um problema no país: apesar dos fundos comunitários serem uma oportunidade, infelizmente o Estado tinha dificuldades para definir as suas prioridades, que apenas podiam ser selecionadas no menu imposto pela Comissão Europeia. Assim, logo à partida, Portugal e os Municípios ficavam condicionado nas oportunidades de investimento, num quadro em que cerca de sessenta e cinco por cento do investimento municipal, em obra, é feito com base nas candidaturas a fundos comunitários. Infelizmente, os timings da tramitação no atual quadro comunitário tinham corrido bastante mal, o que levou a que muitas das candidaturas e investimentos sofressem atrasos consideráveis.

Portanto, muitas das vezes o Município tem de adequar as intervenções àquilo que era o enquadramento e o contexto que era dado pelas fontes de financiamento. Contudo, também era das poucas oportunidades que tinham para concretizar algumas obras. O



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

que defendiam claramente, e que deveria ser debatido em momento próprio pelos membros da Assembleia, era que fosse dado aos territórios oportunidade para escolherem as suas próprias estratégias e que se criassem instrumentos de financiamento específicos que permitissem resolver os constrangimentos de cada região. -----

Hugo Capote disse ao membro Luís Carvalho que a Presidente que ele apoiava não definia nada das estratégias necessárias, ali mencionadas. A prova era que, quem fazia dez alterações ao orçamento anterior, evidentemente que não fazia mais do que transferir verba de um lado para o outro, para não acabar com nenhuma obra e, no final, nenhuma ficava terminada.

As Câmaras deveriam perceber, de uma vez por todas, que tinham de ter verba própria e, em vez de fazerem mais obras num ano, faziam menos obras mas completavam-nas.

A Presidente da Câmara Municipal de Portalegre não decidia nada e, dia após dia, o principal problema era falta de definição, nas rubricas importantes na cidade.

Qual o sentido de abrir no orçamento uma rubrica com um euro, sabendo que, tão depressa, não iria ser concretizada. Era pura demagogia política.

Lembrou que a atual Presidente era a única, na história da democracia em Portalegre, com uma moção de censura. Já há nove anos que a mesma fazia aqueles exercícios, transferindo verba de manhã, para transferir novamente à tarde. Daquele modo não seria possível governar nada. -----

A Presidente da Câmara voltou a realçar que as regras do POCAL eram muito claras e a autarquia não podia inscrever receita sem que a mesma estivesse homologada. -----

O Presidente da mesa propôs que discutissem os pontos seguintes, referentes aos impostos, conjuntamente. A votação seria em separado. -----

12 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2019;

- Deliberação da CMP de 3.12.2018 –

13 – Fixação da percentagem de Derrama para 2019;

- Deliberação da CMP de 3.12.2018 –

14 – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) para 2019;

- Deliberação da CMP de 3.12.2018 –

15 – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para 2019;

- Deliberação da CMP de 3.12.2018 –



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Miguel Monteiro disse não ter nada a indicar relativamente à Taxa Municipal de Direitos de Passagem, nem à Fixação da percentagem de Derrama para 2019. No entanto, na questão do IRS e do IMI quis chamar a atenção para alguns aspetos.

Saudou o facto de ter sido proposto, em reunião de Câmara, a devolução duma percentagem do IRS aos portalegrenses, algo que, do ponto de vista político e tendo em conta o cenário do desanuiamento financeiro apregoado pela Presidente da Câmara, era relevante pois trazia mais liquidez para a carteira dos habitantes, que pagavam imposto sobre o seu rendimento.

Realçou que a proposta foi apresentada em reunião de Câmara, mas a Presidente teimou em manter a sua própria proposta, que era a de não devolver qualquer percentagem de IRS aos portalegrenses, uma vez mais.

O Partido Socialista não concordou com aquela opção e revia-se, claramente, com a opção dos seus vereadores no executivo.

Quanto ao imposto municipal sobre imóveis, disse à Presidente da Câmara que pensava que a mesma já tivesse bem definido que era uma estratégia do concelho de Portalegre na fixação do IMI, nomeadamente no agravamento previsto do IMI para prédios que se encontravam devolutos ou em ruínas, que as freguesias rurais que não tivessem instrumentos de reabilitação urbana, fossem excluídas das listagens com os prédios que reuniam aquelas condições, por uma questão de igualdade de oportunidades para as populações que lá habitavam.

O agravamento, nalguns casos, chegava a trezentos por cento da taxa do IMI.

Salientou que aquilo não estava refletido na deliberação da reunião de Câmara e, portanto, propôs que, independentemente do que foi deliberado, daquela listagem apresentada fossem expurgados os prédios localizados nas freguesias de: Alagoa, Fortios, Ribeira de Nisa e Carreiras. Não mencionava a freguesia de Reguengo e São Julião porque não tinham prédios que constassem da lista. -----

Hugo Capote referiu que a CDU tinha o mesmo entendimento do membro Miguel Monteiro, na questão do IMI. Acrescentou que aquela era a única alteração que existia nos regulamentos dos anos transatos para o atual e havia ali uma dualidade de critérios, pois se realmente fazia sentido que nas áreas de reabilitação urbana, quem não a fizesse ficasse penalizado, já quem vivia fora das mesmas, como não gozava de nenhum instrumento que pudesse beneficiar a reabilitação nos imóveis, também não sofreria nenhuma penalização. No entanto, o que o novo regulamento dizia era que quem vivesse fora das áreas de regeneração passavam também a ser prejudicados.

Posto aquilo, a solução seria retirar aquele ponto e discuti-lo mais tarde, caso contrário o grupo municipal da CDU iria votar contra, pois não iriam sobrecarregar, a trezentos por cento, quem não tinha recursos para tal.

Por fim, disse não concordarem com a atua política fiscal da Câmara Municipal de Portalegre porque se por um lado concediam que pudesse haver algum fator de atração para que empresas se fixassem na região, estabelecendo uma derrama zero, por outro lado percebia-se que quando as empresas decidiam investir no concelho, a taxa de derrama contava muito pouco. As empresas também tinham uma componente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

social e também tinham de contribuir para o contexto sócio económico onde estavam inseridas, até porque não eram corpos amorfos, fora da lei ou das necessidades do concelho onde estavam e, portanto, deveria haver atualização da derrama para as mesmas, assim como alguma retribuição aos portalegrenses pelos anos que passaram a contribuir com a taxa máxima de IRS para o município de Portalegre.

Era, pois, de toda a justiça que fosse devolvida uma parte do IRS aos portalegrenses e, globalmente, a CDU entendia ser possível desagrar a fiscalidade dos particulares e agravar alguma parte nas empresas. Se assim não fosse, votariam contra aquelas duas medidas, mas estariam dispostos a voltar a discutir as políticas em causa. -----

Ricardo Romão, em relação à taxa de derrama, disse haver razões para manter a derrama a zero e, o que a CLIP entendia era que as empresas, em Portalegre não tinham a mesma competitividade do que noutros pontos do País.

Quanto ao IRS, disse que olhando para o panorama nacional, as taxas, na sua maioria, aproximavam-se da situação de Portalegre e, obviamente, que a autarquia gostaria de beneficiar os munícipes. Contudo, o problema era a reflexão nos números, os quais implicavam uma redução orçamental na receita da Câmara que se traduz noutros constrangimentos, que também se refletiam nos próprios munícipes. Se a autarquia abdicasse da receita de IRS, tal facto representaria uma verba substancial de mais de um milhão de euros.

Tratava-se, portanto, de uma decisão política e podiam comparar-se com o panorama nacional, uma vez que não estavam longe da maioria.

Relativamente à inscrição de prédios em zonas não contempladas pela ARU, disse haver ali uma legitimidade, quer do PS, quer da CDU, ao apresentar o ponto. Entendia que não poderiam discriminar, negativamente, algumas das freguesias por não terem uma área classificada e o executivo poderia aceitar a recomendação dos grupos ali referidos. -----

Fernando Rebola disse que, em relação aos direitos de passagem o PSD não tinha nada a apontar, mas quanto à questão do IMI, acompanhavam as preocupações apresentadas e entendia ser importante que se considerasse a alteração àquele regulamento, no sentido de não se discriminarem as freguesias de terem, ou não, áreas de reabilitação. Referiu que quanto ao IRS e à derrama, o pensamento do PSD não se desviava muito das restantes posições. Contudo, na derrama, enquanto medida de dinamização económica e de criação de emprego, embora discutível e não quantificada, entendiam que se deveria manter a taxa proposta, dos zero por cento, mas que se reconsiderassem outras medidas de dinamização da atividade empresarial. Por último, na questão do IRS, disse ser desejável reduzir o esforço dos munícipes, relativamente à comparticipação daquele imposto e à obtenção do retorno de uma parte do mesmo. No entanto, na atual situação financeira do município, ao ser retirado cerca de um milhão e duzentos mil euros ao orçamento teria um impacto muito significativo. Tratava-se de uma questão política.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

De futuro seria interessante saber qual o destino do dinheiro retido em IRS e que não era devolvido aos munícipes, de modo a ser alocado a medidas como o orçamento participativo, ou então aplicado na área da ação social. -----

A Presidente da Câmara, quanto à taxa de direitos de passagem, disse ser uma questão pacífica. Em relação à percentagem da derrama referiu que, nos últimos anos, optaram por ter a derrama a zero como incentivo para as empresas se fixarem. No entanto, entendia que a maior contribuição que as mesmas podiam dar era a criação de emprego. Preferia mil vezes ter pessoas empregadas e que pudessem pagar as taxas, do que se estivessem desempregadas, sem poderem pagar.

Salientou que ainda não estavam em condições de ser possível devolver a totalidade do IRS, até porque o sugerido em reunião de Câmara tinha sido a devolução de metade, o que implicava a quantia de seiscentos mil euros e, ao tirarem tal valor do orçamento, teriam de cortá-los noutras rubricas, que poderiam afetar os munícipes.

À medida que a autarquia tivesse a situação financeira mais equilibrada, não punha de lado a hipótese de se ir devolvendo parte do imposto em causa. Tinha de olhar para a questão da sustentabilidade, porque a margem que tinham era de apenas quatrocentos mil euros e, portanto, ao retirar seiscentos mil, desapareceria.

Realçou que o esforço que tinha vindo a ser feito era o de captar empresas para Portalegre e, mesmo dando algo em troca, mas se as mesmas criarem empregos era preferível a ter muita população desempregada.

Em conclusão, solicitou ponderação na questão do IRS, com a possibilidade de haver escalonamento no tempo. Chamou a atenção para o facto de que quando assinaram o saneamento financeiro, o que tinha ficado espelhado nas reuniões, tinha sido a manutenção daquelas taxas. O Tribunal de Contas tinha sempre a última palavra.

Quanto à questão das freguesias, pediu desculpa pelo possível lapso e disse que o propósito era de alargar algumas áreas de reabilitação, sem penalização das pessoas que tinham casas devolutas em determinadas zonas. -----

O Presidente da mesa chamou a atenção à Presidente da Câmara para o facto da Assembleia estar confrontada com uma deliberação, a qual era *ipsis verbis* com a tomada pelo órgão executivo. Poderiam, eventualmente, retirar o ponto e reapreciá-lo em reunião extraordinária, tanto do executivo, como da Assembleia. -----

Hugo Capote disse que a Câmara não iria perder seiscentos mil euros, mas sim um milhão e duzentos mil, mas não seria para dois mil e dezanove, mas sim dois mil e vinte. Já estava escalonado no tempo. Não cabia à Assembleia Municipal fazer propostas de política fiscal do executivo. Iriam, portanto, chumbar a proposta que o executivo tinha deliberado. Se a Presidente estivesse minimamente interessada em falar com os grupos municipais e apelar ao bom senso, deveria tê-lo feito antes daquela sessão da Assembleia, com alguma humildade democrática.

Acrescentou que, se a Presidente quisesse, teriam disponibilidade de discutir, até final do ano, uma política fiscal que estivesse de acordo com as necessidades do concelho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Miguel Monteiro disse que concordava com o que disse o membro da CDU, pois a Presidente da Câmara não estaria a perceber bem as consequências que as intervenções políticas dos grupos municipais ali presentes poderiam ter no orçamento. A questão era que, em vez de contarem com menos seiscentos mil euros, podiam contar com menos um milhão e duzentos mil, o que seria relevante. Lamentava o facto da Presidente da Câmara só agora, ali, ter mostrado preocupação naquele assunto, e de tentar, tardiamente, “apagar o fogo” que ateou.

O PS estaria disponível para voltar a aceitar o assunto, depois de ir a reunião do executivo e marcando outra sessão daquela Assembleia, de modo a evitar-se um estrago financeiro daquela dimensão.

Em relação ao IMI e aos prédios devolutos, referiu que o ponto seis da deliberação não poderia tornar-se prática corrente. O ponto dizia o seguinte: “Que seja delegada na signatária (Presidente da Câmara) a autorização para proceder à retificação de eventuais situações que se possam vir a detetar no decurso do ano dois mil e dezanove, quanto aos pressupostos de majoração incorretamente valorados na presente deliberação e a conseqüente comunicação ao serviço de finanças, da regularização das mesmas, em sede de IMI, ou devolução das quantias pagas.”, ou melhor, um portalegrense ao ser erradamente majorado num imóvel, a Presidente da Câmara tinha a prerrogativa de comunicar às Finanças que se tinham enganado e iriam corrigir o lapso. Tal não deveria ser uma norma e o trabalho tinha de ser bem feito, antes de ser apresentado. -----

Henrique Santinho chamou a atenção aos colegas da sua bancada para a situação dos prédios degradados nas freguesias rurais, pois o problema era mais complexo do que o que ali foi descrito. As freguesias estavam cheias de prédios devolutos e quem tinha aqueles prédios eram pessoas que tinham outro património e que não iriam gastar dinheiro na recuperação das degradadas. No seu entendimento, concordava que a Câmara Municipal cobrasse os trezentos por cento de IMI, de modo a que alguns fossem demolidos, deixando as ruas limpas e com segurança para os transeuntes. Na freguesia de Fortios existiam cerca de quinze situações daquelas, as quais pertencem a pessoas com possibilidades financeiras. Na cidade também não era diferente. A situação tinha de ser bem pensada e as pessoas que tinham tal património, ou tinham condições para o recuperarem, ou então não o podiam ter e deviam entregar à junta ou à Câmara. -----

Ricardo Romão disse que já tinham percebido que o PS e a CDU pretendiam chumbar a questão do IRS e da derrama. Portanto, as consequências seriam as esperadas, nomeadamente a perda de receita de um milhão e duzentos mil euros, que seriam transferidos para o ano seguinte. Obviamente que a CLIP entendeu a mensagem, mas salientou que estariam ainda dispostos, para que houvesse entendimento. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Miguel Monteiro disse não aceitar que a CLIP considerasse as propostas como uma chantagem. Reforçou que o grupo municipal do PS estava disponível para voltar ali para defender os interesses dos portalegrenses e evitar um prejuízo maior para a autarquia, por incompetência política da Presidente da Câmara. Chantagem propriamente dita era tentar condicionar, em vésperas daquela assembleia, eleitos em freguesias, para que o PS pudesse ter uma posição diferente, quanto ao orçamento e grandes opções do plano.-----

Hugo Capote disse que se tinha sido dada a oportunidade aos vereadores do PS para apresentarem proposta para a devolução de metade do IRS aos portalegrenses, realçou que o mesmo não aconteceu com o vereador da CDU. A sensibilidade democrática da Presidente da Câmara, uma vez mais, veio ao de cima.-----

Ricardo Romão disse que não tinha sido sua intenção chamar chantagem às propostas. A questão era que, ao existir aquela opção, quer da CDU, quer do PS, iria criar um impacto muito significativo, no orçamento da Câmara, para o futuro próximo.--

16 - Nomeação do auditor externo responsável pela certificação legal de contas individuais e consolidadas do Município de Portalegre ao abrigo do n.º 1 do artigo 77.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro.

- Deliberação da CMP de 17.10.2018 -

O Presidente da mesa disse que aquele assunto voltava à reunião da Assembleia Municipal, pela terceira vez, e que lhes era agora colocado da forma pretendida, ou melhor, com um conjunto de propostas e com a possibilidade da Assembleia deliberar sobre as mesmas. Aceitava inscrições para debater o ponto em causa. -----

Miguel Monteiro recordou que os Estatutos da Fundação Robinson, no seu articulado 19.º, n.º 1 e n.º 2, diziam o seguinte: “O fiscal único e o suplente são nomeados por deliberação da Câmara Municipal de Portalegre, de entre os revisores oficiais de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas, inscritos na respetiva lista da ordem.”; “O mandato tem a duração de cinco anos, podendo ser renovável uma vez, por igual período, mediante deliberação da Câmara Municipal de Portalegre.”; o art.º 20.º, n.º 4 dizia: “O fiscal único não pode ter exercido atividade remuneradas na fundação ou na Câmara Municipal, nos últimos cinco anos, antes do início das suas funções e não pode exercer atividades remuneradas na fundação e na Câmara Municipal durante os cinco anos que se seguirem ao termo das suas funções.”

Portanto, o que era proposto à Assembleia votar era, de entre um conjunto de quatro propostas, sendo que o único critério existente para decidir sobre o revisor oficial de contas era o preço mais baixo. Portanto, estavam ali sob um mero formalismo, em que a Presidente da Câmara aceitava as propostas e a que tivesse o preço mais baixo era ali apresentada e os membros assinariam por baixo, sem sequer poderem decidir



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

sobre o qual achariam, por bem, eleger e, menosprezando, uma vez mais, o que deveriam ser as competências da Assembleia Municipal e dos seus eleitos.

No entanto, o problema era que, de entre as quatro propostas, uma estava ferida de ilegalidade e tratava-se da proposta apresentada pela empresa Mariquito, Correia & associados, SROC, Ld.^a. Posto aquilo, sugeriu que a mesma fosse retirada de entre as que iriam ali votar, por votação secreta, porque era a que fazia a revisão oficial de contas da fundação Robinson e da Câmara Municipal de Portalegre, em simultâneo.

Em conclusão, não deveriam persistir na ilegalidade existente e, de uma vez por todas propôs que se resolvesse o assunto, retirando o nome daquela sociedade da votação.-

O Presidente da mesa disse que a Assembleia não podia alterar uma proposta ali apresentada, pois estavam a tratar de uma competência própria e exclusiva do órgão deliberativo. A lei dizia que era a Assembleia Municipal que escolhia o revisor oficial de contas, das propostas que lhe eram apresentadas. Salvo melhor opinião, seria admissível que o membro Miguel Monteiro transformasse a proposta num requerimento dirigido à Assembleia e fosse a própria a decidir afastar uma das propostas, com recurso ao plenário. -----

Ana Vilhais disse existir ali uma interpretação incorreta dos estatutos, pois todas as sociedades revisoras de contas eram consideradas prestadoras de serviços, não entrando no mapa de pessoal de determinada entidade. -----

O Presidente da mesa disse que aquela transposição decorria do próprio estatuto dos revisores oficiais de contas. O facto de trabalhar para a autarquia significava não o vínculo que tem com a entidade, mas sim sob o vínculo da prestação de serviços. -----

Hugo Capote disse ser óbvio e transparente, quer dos estatutos, quer do princípio da lei que quem auditava não podia ser o mesmo que era auditado e, portanto, o que se devia evitar era que o fiscal que certificava as contas de uma estrutura que pertencesse ao perímetro orçamental da Câmara Municipal não fosse auditado pela mesma pessoa que auditava. Na sua opinião era importante que, em termos de transparência, que quem auditasse uma estrutura não pudesse auditar a outra.

Portanto, seria de todo o interesse que os revisores não fossem iguais. -----

O Vereador Armando Varela, relativamente ao que disse o membro Miguel Monteiro, disse que os estatutos que estavam em vigor tinham sido publicados em 11.01.2005 e salientou que a incompatibilidade ali mencionada, do artigo 20.º, estava na proposta de alteração de estatutos, que ainda não estava em vigor.-----

O Presidente da mesa, naquele ponto em concreto, iria usar do seu direito de intervenção, uma vez que lhe cabia defender o órgão deliberativo com competência de fiscalização da atividade municipal, transferindo parte das competências para um revisor oficial de contas, que auditava as contas do município, do ponto de vista



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

técnico. A proposta de estatutos estava correta e dava resposta à preocupação ali manifestada, ainda que não estivesse aprovada.

Independentemente das interpretações jurídicas de cada um fizesse, referiu que na defesa do órgão de fiscalização que a Assembleia ficariam todos mais confortáveis se sob o ROC nomeado e designado pelo órgão fiscalizador não se levantasse qualquer suspeita de incompatibilidade.

Concluiu que quando se estava daquele lado da mesa não se deveriam escudar e não manifestar opinião própria, pois a responsabilidade era acrescida, na defesa do órgão.

Miguel Monteiro referiu que, em prol daquela incompatibilidade legal, a sua proposta seria excluir a empresa Mariquito, Correia & associados, SROC, Ld.^a, dos nomes que iriam votar. Era pois, uma oportunidade histórica para a Assembleia terminar com aquele ciclo vicioso, o qual não tinha nada de positivo para a clareza das contas da Câmara Municipal de Portalegre e da fundação Robinson.-----

Hugo Capote disse que o seu grupo municipal concordava com a posição do PS e que ficasse para registo futuro que os critérios utilizados para escolha de uma função tão importante como aquela, não fossem unicamente o preço. A lei permitia a utilização de outros critérios mais rigorosos e cuja função seria mais importante para o município.

A seu ver, a competência, a idoneidade e a experiência eram mais importantes do que oferecer o preço mais baixo.

Salientou que quem votaria os critérios que outro órgão tinha estabelecido era aquela Assembleia Municipal e, portanto, deveriam retirar o nome da empresa que era incompatível com o concurso em causa.-----

Ricardo Romão disse que aquelas quatro empresas iam ali indicadas por razões de concurso e a CLIP não viam problema em remover qualquer uma se fosse levantada alguma suspeita que pudesse configurar algum tipo de incompatibilidade.

Da parte do seu grupo partidário havia, igualmente, a intenção de que existisse transparência e insuspeição, relativamente àquela auditoria de quotas e não se obstaculizariam a que tal acontecesse.-----

O Presidente da mesa colocou à votação o requerimento apresentado pelo grupo municipal do Partido Socialista, para que a proposta da empresa Mariquito, Correia & associados, SROC, Ld.^a, fosse retirada das propostas apresentadas ali na Assembleia Municipal.-----

O Presidente da mesa informou os presentes que teriam ainda de deliberar sobre as três propostas remanescentes, abaixo indicados:

- A – Noras, Silvério Associados;
- B – Júlio Alves, Mário Batista & Associados;
- C – Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

17 – Proposta de alteração ao título de direito de superfície, constituído a favor da Fundação Robinson, passando o imóvel para a posse do Município.

- Deliberação da CMP de 06.12.2018 -

A Presidente da Câmara disse que o que se pretendia era reverter a alteração do título de direito de superfície da Fundação Robinson para a Câmara Municipal de Portalegre. Em julho de dois mil e quatro, houve uma decisão da Câmara e da Assembleia em passar o direito de superfície de determinado espaço para a fundação e, por sua vez, ficou deliberado que o espaço seria passado ao ICTVR. Tal nunca aconteceu, e o direito de superfície daquele espaço estava na Fundação Robinson. Pretendia-se agora efetuar a reversão para a autarquia, uma vez que o objetivo não tinha sido alcançado. -----

Diogo Júlio manifestou o contentamento pelo facto do espaço não ter passado para o ICTVR, porque senão estaria no mesmo bloco do descalabro que se conhecia. Questionou o porquê daquela decisão, tanto mais que muitas das coisas que não tinham sido feitas naquele espaço, nomeadamente as infraestruturas, que tiveram muito a ver com a impossibilidade da Câmara garantir que fossem feitas as obras, que até já estavam financiadas. -----

A Presidente da Câmara entendia que a autarquia era a entidade que poderia vir a fazer algo daquele espaço, até porque, ao longo dos anos, nunca tinha sido feito nada pela fundação, que era a detentora do direito de superfície. -----

Diogo Júlio salientou que a Fundação Robinson embora fosse a detentora do espaço, não era detentora nem da decisão, nem dos meios financeiros para o fazer e a Presidente da Câmara bem o sabia. -----

DELIBERAÇÕES FINAIS:

Moção – PCP/PEV

“Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Portalegre vêm por este meio apresentar uma moção de apoio à Escola de Formação da GNR e à sua permanência em Portalegre.

As últimas notícias trazidas a público inserem-se numa campanha orquestrada para desacreditar o trabalho da Escola de Formação da GNR em Portalegre aos olhos da opinião pública, visando a sua deslocalização da cidade de Portalegre.

Cientes de que a as instalações da Escola da GNR não são condignas e estão longe de constituírem uma vantagem no papel educativo e formador da mesma, a Assembleia Municipal de Portalegre, reunida no dia 14 de Dezembro de 2018, vem exigir que o Ministério da Administração Interna e o próprio Governo assumam como



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

prioridade a construção de novas instalações para a Escola de Formação da GNR em Portalegre.

Se ao discurso da necessidade de investimento no interior do país, reduzindo as enormes assimetrias regionais de que o país enferma, o Governo quiser somar a prática, tem aqui uma excelente oportunidade para a sua concretização, dando corpo a um investimento necessário, justo e mais que merecido para o concelho de Portalegre e neste sentido saudamos a assinatura do protocolo com o Ministério da Administração Interna, assinado no dia 14 de Dezembro, em que se assume a construção de novas instalações para a Escola de Formação da GNR e ao Comando Territorial da GNR em Portalegre.

Não podemos deixar de assinalar a enorme dignidade e nobreza do acto do portalegrense, comandante da Escola da GNR, Coronel Mário Ribeiro, que perante as notícias vindas a público sobre actos menos próprios praticados na unidade militar que comandava, tomou a única e inquestionável ação para quem considera que a responsabilidade inerente à liderança não se vende nem se diminui, tendo apresentado de imediato o seu pedido de exoneração.”

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a moção.-----

2 – Ata n.º 10, relativa à reunião da Assembleia Municipal realizada em 28 de setembro de 2018;

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com oito abstenções, aprovar o ponto.-----

3 – Desafetação de parcela de terreno/Junta de Freguesia da Urra;

- Deliberação da CMP de 31.10.2018 -

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto.-----

4 – Alteração aos Estatutos da Fundação Robinson;

- Deliberação da CMP de 31.10.2018 –

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dez abstenções, aprovar o ponto.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

5 – Ofício referência nº. 536/B18 datado de 22 de outubro da Fundação Robinson, relativo à proposta para realização de uma auditoria administrativa, financeira e patrimonial à Fundação Robinson desde a sua constituição, a solicitar à IGF;

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto.-----

Proposta CDU – (Hugo Capote)

“Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Portalegre vêm propor que a AM de Portalegre, reunida a 14/12/18, delibere que a Câmara Municipal de Portalegre realize uma auditoria financeira, patrimonial e administrativa à Fundação Robinson, desde a sua fundação até aos dias de hoje, no sentido de esclarecer de uma vez por todas, qual a situação financeira e patrimonial da FR.

Para tal efeito, propomos que seja o IGF a realizar a mesma e que as custas sejam suportadas pela Câmara Municipal de Portalegre.

Quem não deve, não teme e os portalegrenses têm o direito de saber quem deve e quem teme que se saiba a verdade.”-----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

6 – Informação nº. 19053 do Serviço de Finanças de 19/11/2018, para aprovação da repartição de encargos em mais de um ano económico;

- Deliberação da CMP de 3.12.2018 –

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto.-----

7 – Documentos previsionais (Orçamento e PPI) para 2019, dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes;

- Deliberação da CMP de 28.11.2018 –

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto.-----

8 – Mapa de Pessoal para 2019, dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes;

- Deliberação da CMP de 28.11.2018 –



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto.-----

9 – Proposta de Adenda ao Acordo de Transação - Águas de Lisboa e Vale do Tejo;

- Deliberação da CMP de 3.12.2018 –

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto.-----

10 – Orçamento e Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Portalegre para 2019;

- Deliberação da CMP de 3.12.2018 –

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PCP/PEV, PS e o voto de qualidade do Presidente da Assembleia Municipal, rejeitar o ponto.-----

11 - Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Portalegre para 2019/2022;

- Deliberação da CMP de 3.12.2018 –

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PCP/PEV, PS e o voto de qualidade do Presidente da Assembleia Municipal, rejeitar o ponto.-----

Declaração de voto – CDU (Hugo Capote)

“Recebemos o relatório da Presidente para a AM no dia 12 de Dezembro e tínhamos recebido o Orçamento e GOP no dia 4 de Dezembro. Sem ainda ter lido o seu conteúdo posso desde já afirmar, sem qualquer dúvida, que constitui mais uma falta de respeito pela AM Portalegre. Ou seja, por todos nós.

Para Adelaide Teixeira e para o CLIP, a democracia é uma chatice... ter de apresentar relatórios é uma chatice... ter de fazer orçamentos é uma chatice... ter de fazer reuniões é uma chatice...ter de planear é uma chatice... até governar é uma chatice. “Eu fico mesmo bem é nas fotografias”!

Este orçamento é uma farsa.

Na verdade Adelaide Teixeira não precisa de orçamento para fazer o que tem feito e quer continuar a fazer. Por isso, apesar de ter a maioria na Câmara suficiente para aprovar o orçamento, se de facto dele precisasse e quisesse, teria gasto um minuto a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

cumprir as Leis que ditam as regras orçamentais das autarquias e ao menos tentar consensualizar uma estratégia com todas as forças políticas representadas nos órgãos autárquicos, conforme lhe foi recomendado pela CDU, na única reunião realizada para cumprimento do estatuto do direito de oposição.

Para quem não sabe e não quer planear e definir uma estratégia de governação, ter um orçamento e opções estratégicas planeadas é um empecilho e uma contrariedade que se tem de cumprir por imperativo de lei mas de forma leve, levezinha...

Aliás, como a conceção de democracia do CLIP é leve, levezinha. Só se lembram de que existem partidos da oposição quando é preciso aprovar um qualquer documento ou mais uma alteração orçamental.

Ouvir, discutir, planear, ceder e convencer são palavras que não cabem no léxico do CLIP e certamente abolidas da sua prática política.

Até nisto Portalegre teve azar. Tantos movimentos independentes interessantes e com capacidade por esse país fora e logo a nós - Portalegre - tinha de calhar o mais medíocre dessa suposta e tão apregoada regeneração política portuguesa, que no fundo não passa de uma enorme desilusão, porque apenas reforçaram os maus tiques e práticas de muitos autarcas e nada trouxeram de novo ou de inovador.

O fraco rei faz fraca a forte gente, escreveu Camões a propósito de D. Fernando, mas que bem que lhe assenta Sra. Presidente!

Portalegre merecia definitivamente melhor e da parte da CDU queria dizer-lhe, olhos nos olhos, que connosco já não conta mais.

Já lhe demos a si e ao seu grupo de acólitos mais do que oportunidades para trabalhar em conjunto e em todas elas o seu umbigo foi sempre o único centro do seu universo. Portalegre e os portalegrenses podem contar com a CDU sempre.

Adelaide Teixeira não!"-----

12 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2019;

- Deliberação da CMP de 3.12.2018 –

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto.-----

13 – Fixação da percentagem de Derrama para 2019;

- Deliberação da CMP de 3.12.2018 –

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos contra do PCP/PEV, aprovar o ponto.-----

14 – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) para 2019;

- Deliberação da CMP de 3.12.2018 –



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PCP/PEV, PS e o voto de qualidade do Presidente da Assembleia Municipal, rejeitar o ponto. -----

15 – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para 2019;

- Deliberação da CMP de 3.12.2018 –

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PCP/PEV, Marco Antunes (PSD), PS e o voto de qualidade do Presidente da Assembleia Municipal, rejeitar o ponto. -----

16 - Nomeação do auditor externo responsável pela certificação legal de contas individuais e consolidadas do Município de Portalegre ao abrigo do n.º 1 do artigo 77.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro.

- Deliberação da CMP de 17.10.2018 -

O Presidente da mesa propôs que se votasse em alternativa. Diria o nome das Sociedades e quem votasse pelo nome da sociedade enunciada, levantaria o braço.---

Luís Carvalho disse ter dificuldade em votar o assunto sem ser pelo critério do preço mais baixo. Devia ser também pela experiência da firma e pelo facto de estar sediado no concelho. -----

O Presidente da mesa disse que os membros da Assembleia eram livres de interpretar o próprio critério para a escolha. -----

Ricardo Romão lembrou que na contratação pública existia um caderno de encargos e, se todos fossem idóneos, tinham que tentar fazer um método semelhante. -----

O Presidente da mesa disse que iriam proceder à votação e que cada grupo municipal interpretaria a questão como entendesse, com o caderno de encargos refletido nas propostas apresentadas. Deu-se início à votação:

- Sociedade Noras, Silvério & Associados – zero votos;

- Sociedade Júlio Alves, Mário Batista & Associados – vinte e quatro votos a favor e quatro abstenções;

- Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados – zero votos.

O Presidente da mesa disse que a firma escolhida foi: Sociedade Júlio Alves, Mário Batista & Associados. -----

Henrique Santinho disse que se absteve na votação do ponto porque a única empresa que conhecia foi a que tinha sido excluída. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ricardo Romão chamou a atenção para o facto de que aquela votação deveria ter sido secreta e alguns membros podem não se ter sentido à vontade na mesma. -----

O Presidente da mesa recordou que perguntou, inicialmente, aos membros presentes se aceitavam a proposta para votação. A questão era fácil de resolver, porque a única deliberação que não poderia ser revertida era a de escrutínio secreto. Portanto, poderia haver um requerimento por parte de algum membro da Assembleia para se repetir a votação sob escrutínio. Solicitou aos serviços que se providenciasse a urna. Informou que os boletins de voto teriam quatro propostas. A proposta que figurava em último lugar ficou excluída. Passaram à votação:

- Sociedade Noras, Silvério & Associados – **Proposta A - zero votos;**
- Sociedade Júlio Alves, Mário Batista & Associados - **Proposta B – dezassete votos;**
- Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados - **Proposta C – seis votos;**

A **Proposta D** foi considerada nula.

Solicitando o uso da palavra à mesa, Ricardo Romão disse que na cláusula quinze, relativa aos encargos, estava definido o critério de adjudicação. A questão era que poderiam decidir ali a exclusão de um dos candidatos e como havia três candidatos admitidos, o critério de adjudicação deveria ser aquele porque, caso contrário, corria-se o risco de haver impugnação do concurso pelas outras entidades. Questionou se a Assembleia Municipal teria poderes para deliberar acima do caderno de encargos.-----

O Presidente da mesa disse que todas as posições podiam ser objeto, em sede de pleito judicial e todos os concorrentes podiam impugnar a adjudicação em sede de oposição à contratação. Contudo, quis relembrar que aquilo que se estava a deliberar era uma competência própria e exclusiva da Assembleia Municipal, identificada na lei, sob propostas remetidas da parte da Câmara Municipal. Portanto, entendia que a Câmara não podia condicionar a propósito da existência de um critério que ela própria definiu, na consulta pública. Lembrou que não estavam em sede de concurso público.

Ricardo Romão disse que, naquele caso, deveria ser a Assembleia municipal a definir o caderno de encargos. Parecia-lhe que o que ali aconteceu foi que a Assembleia deu a prerrogativa à Câmara de ser ela a criar o caderno de encargos. -----

O Presidente da mesa disse que aquilo que a Câmara deveria fazer, de acordo com a interpretação que fazia da lei, era remeter à Assembleia Municipal propostas em condições de a Assembleia Municipal poder escolher livremente, de entre as propostas apresentadas. Portanto, se estavam a apreciar das nulidades, entendia que existia uma nulidade anterior que merecia ser também apreciada: era se a Câmara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

podia, ou não, condicionar a escolha a um critério que só a mesma poderia impor ao órgão que tinha poderes para escolher. Salientou que a autonomia do órgão Assembleia Municipal não era compatível com aquela imposição.

Portanto, a Câmara Municipal podia definir tudo relativamente à questão dos requisitos a serem apresentados pelas sociedades de consulta, mas o que não podia definir era o critério de escolha, porque era a própria apreciação do órgão deliberativo (Assembleia Municipal).

Mais disse que era aquela a apreciação, em sede de Assembleia Municipal, mantida ao longo das últimas três sessões, que levaram à retirada daquele ponto da ordem de trabalhos. Esclareceu que havia duas circunstâncias que podiam acontecer: o resultado ali apurado correspondia à sociedade que identificava o preço mais baixo, à exceção da excluída e nem haveria lugar à questão que ali estava a ser levantada; mas também poderia acontecer que a sociedade escolhida pela Assembleia Municipal não correspondesse à que tinha o preço mais baixo. A deliberação daquela Assembleia fazia-se valer na observação de um critério que lhe era imposto pela Câmara Municipal, em contraposição pelo único critério que a lei identificava, que era o da escolha livre da Assembleia Municipal. -----

Luís Ricardo, Bruno Calha e Henrique Santinho não votaram e Maria da Conceição Miranda e Francisco Carriço saíram da sala. -----

Foi feita a chamada dos membros e após votação por escrutínio secreto, o resultado foi:

Proposta A – zero votos

Proposta B – dezassete votos

Proposta C – seis votos

O Presidente da mesa disse que, mesmo que o resultado não se tivesse alterado, o resultado na distribuição de votos alterou-se significativamente. Portanto, ficou deliberada a Proposta B, com dezassete votos e a Proposta C teve seis votos. -----

17 – Proposta de alteração ao título de direito de superfície, constituído a favor da Fundação Robinson, passando o imóvel para a posse do Município.

- Deliberação da CMP de 06.12.2018 -

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos contra da CDU, aprovar o ponto. -----

Declaração de voto – CDU (Hugo Capote)

“Votamos contra e apresentamos voto de vencidos por cautela pois a proposta de realização de uma auditoria à Fundação Robinson, conforme foi deliberado pelo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Conselho de Administração daquela entidade e decidida hoje em Assembleia Municipal na sua reunião de 14 de dezembro, ainda não foi realizada, não fazendo sentido alterarmos o património da Fundação Robinson antes da realização da auditoria supracitada. Declinamos assim, qualquer responsabilidade financeira, criminal ou outra relacionada ou correlacionada com a presente deliberação.”

O Presidente da mesa informou os membros presentes que teriam de marcar uma sessão extraordinária até final do ano. Provavelmente seria dia vinte e oito. -----

Aprovação em minuta:

O Presidente da Mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à minuta da Ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

FALTAS: Não houve faltas a registar.-----

ENCERRAMENTO:

=====

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da mesa, encerrada a 5.^a sessão ordinária da Assembleia Municipal, era 01.25 h, do dia 15 de dezembro do ano de 2018 e da qual foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei.-----